

TURISMO COMUNITÁRIO DA BAHIA: A REDE BATUC EM ANÁLISE

Alberto Viana de Campos Filho*, Salete Vieira**, Diana Rôde de Lima*** & Clicia Maria de Jesus Benevides****

Resumo: Este estudo inédito teve como objetivo analisar as singularidades, atuação e respectivos processos do turismo comunitário realizados pela Rede de Turismo Comunitário da Bahia (Rede BATUC) desde a sua criação até o momento presente. A metodologia consistiu em estudo de caso, qualitativo e exploratório. Realizou-se pesquisa bibliográfica e documental, sendo esta complementada com o levantamento empírico de dados e informações disponíveis nas páginas da internet das iniciativas/membros da Rede BATUC e consulta a pesquisadores no período de junho a dezembro de 2023. A revisão bibliográfica abordou o turismo comunitário e as redes de turismo comunitário; indicação de elementos que marcam e caracterizam o turismo comunitário da Bahia; e caracterização da Rede BATUC, refletindo sobre o seu histórico, desenvolvimento e situação atual. O estudo atendeu ao seu objetivo principal e respondeu a duas questões centrais: a apresentação de uma versão do turismo comunitário que acontece no Brasil no cenário atual, tendo a BATUC como foco, e como a Rede tem se configurado como um processo coletivo de turismo comunitário entre 2015 e 2024. Concluiu-se que a experiência da Rede BATUC fortalece o turismo comunitário como fenômeno, campo científico multidisciplinar de estudo, espaço de atuação profissional e movimento de emancipação humana de sujeitos sociais na forma de atuação coletiva; e que há uma necessidade de continuidade nos estudos sobre a temática.

Palavras-chave: Turismo Comunitário. Redes. Rede BATUC.

COMMUNITY TOURISM IN BAHIA: THE BATUC NETWORK UNDER ANALYSIS

Abstract: This unprecedented study aimed to analyze the singularities, performance and respective processes of community tourism carried out by the Community Tourism Network of Bahia (BATUC Network) from its creation to the present moment. The methodology consisted of a qualitative and exploratory case study. Bibliographic and documentary research was carried out, which was complemented with an empirical survey of data and information available on the websites of the initiatives/members of the BATUC Network, and interviews with researchers from June to December 2023. The literature review addressed community tourism and community tourism networks; indication of elements that mark and characterize community tourism in Bahia; and the characterization of the BATUC Network, reflecting on its history, development and current situation. The study met its main objective and answered two central questions: the presentation of a version of community tourism that takes place in Brazil in the current scenario, with BATUC as its focus, and how this network has been configured as a collective process of community tourism between 2015 and 2024. It was concluded that the experience of the BATUC Network strengthens community tourism as a phenomenon, a multidisciplinary scientific field of study, a space for professional action and a movement for human emancipation of social subjects in the form of collective action; and that there is a need for continuity in studies on this subject.

Keywords: Community Based Tourism. Networks. BATUC Network.

TURISMO COMUNITARIO EN BAHIA: LA RED BATUC EN ANÁLISIS

Resumen: Este estudio inédito tuvo como objetivo analizar las singularidades, el desempeño y los respectivos procesos de turismo comunitario llevados a cabo por la Red de Turismo Comunitario de Bahía (Red BATUC) desde su creación hasta el momento actual. La metodología consistió en un estudio de caso cualitativo y exploratorio. Se llevó a cabo una investigación bibliográfica y documental, que se complementó con un relevamiento empírico de datos e información disponible en los sitios web de las iniciativas/miembros de la Red BATUC y una consulta a investigadores de junio a diciembre de 2023. La revisión de la literatura abordó el turismo comunitario y las redes de turismo comunitario; indicación de los elementos que marcan y caracterizan el turismo comunitario en Bahía; y caracterización de la Red BATUC, reflexionando sobre su historia, desarrollo y situación actual. El estudio cumplió su objetivo principal y respondió a dos preguntas centrales: la presentación de una versión del turismo comunitario que se da en Brasil en el escenario actual, con BATUC como foco, y cómo se ha configurado la Red como un proceso colectivo de turismo comunitario entre 2015 y 2024. Se concluyó que la experiencia de la Red BATUC fortalece el turismo comunitario como fenómeno, campo de estudio científico multidisciplinario, espacio de acción profesional y movimiento de emancipación humana de los sujetos sociales en forma de acción colectiva; y que es necesario dar continuidad a los estudios sobre el tema.

Palabras clave: Turismo comunitario. Redes. Rede BATUC.

HOW TO CITE: Santiesteban, L. M.; Félix Miranda, L.; Félix Armenta, J., & Alvarado Borrego, A. Evaluación Multicriterio para Determinar la Identidad Cultural en el Desarrollo Turístico de Choix, Sinaloa. *Latin American Journal of Tourismology*, 10(Regular Issue). Retrieved from <https://periodicos.ufif.br/index.php/rlatuismologia/articulo/view/43595>
DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.13975484>



Licenciada por Creative Commons
Atribuição Não Comercial / Sem
Derivações / 4.0 / Internacional

* Doutorando no Programa de Pós-graduação Multi-Institucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento/2024/UNEB/UFBA/IFBA. Mestre em Educação do Campos/2016/UFRB. Licenciatura em Geografia/1987/UCSAL. Bacharelado em Turismo/1992/FACTUR. Docente Externo da Pós-Graduação em Educação do Campo da UNEB. Pesquisador do Grupo Dinâmica do Espaço Agrário e Relação Campo Cidade da UFBA. Diplomado pela ONU Campus Turim em Turismo Sustentável. Correspondente do Centro Independente de Pesquisa em Turismo a Partir de Perspectivas Críticas - ALBA SUD de Barcelona.CV: <http://lattes.cnpq.br/1635216358202301> [albertovfilho@hotmail.com]

**Doutora no Programa de Pós-graduação Multi-Institucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento/2024/UNEB/UFBA/IFBA. Doutorado Sanduíche em Geografia/2024/Universidade de Coimbra (Portugal). Mestre em Cultura e Turismo/2012/UESC. Bacharel Turismo/2004/UNIOESTE. Professora Assistente do Curso de Hotelaria e Turismo da UNEB. Coordenadora do Curso de Graduação em Turismo da UNEB pelo Programa de Educação do Campo na Reforma Agrária - PRONERA. CV: <http://lattes.cnpq.br/6303208147561941> [sallete.vieira@gmail.com]

*** Mestre em Administração/2022/UFBA. Bacharel Turismo e Hotelaria/2009/UNEB. Bolsista da Incubadora Tecnológica de Economia Solidária e Gestão do Desenvolvimento Territorial - ITES/UFBA. Pesquisadora da Incubadora Tecnológica de Economia Solidária e Gestão do Desenvolvimento Territorial - ITES/UFBA. CV: <http://lattes.cnpq.br/8699069382989734> [rode.lima@hotmail.com]

**** Pós-doutorado em Química Analítica/2017/Universidade do Porto. Doutora em Química Analítica/2008/UFBA. Mestre em Nutrição/2002/UFBA. Bacharel em Engenharia de Alimentos/1986/UFV. Professora Titular do Curso de Nutrição da UNEB. Professora Permanente do Programa de Pós-graduação em Difusão do Conhecimento (PPGDC)-UFBA/UNEB/IFBA. Professora do Programa de Pós-graduação em Ciências Farmacêuticas (PPGFARMA) da UNEB. Ex-coordenadora do curso de Especialização em Gestão em Saúde-EAD-UAB-UNEB. CV: <http://lattes.cnpq.br/4154616951839675> [cbenevides@uneb.br]

1 INTRODUÇÃO

O turismo de base comunitária (TBC), ou turismo comunitário (TC), se consolidou nas últimas duas décadas no Brasil como um modelo de gestão do turismo fundamentado nos recursos humanos, nos recursos naturais, na cultura, na história e na infraestrutura de uma comunidade e suas singularidades. Nesta proposta, a comunidade local participa diretamente da concepção, desenvolvimento e gestão do turismo (Bartholo, Sansolo e Bursztyn, 2009).

Se, desde a década de 1990, a reflexão sobre o TC no Brasil trouxe consigo um sentido marginal, periférico, distante da realidade e das tendências das políticas públicas nacionais e internacionais, nos últimos anos, a convergência de uma série de debates surgidos em âmbito nacional e internacional – que abrangem temas como a inclusão social, capital social, participação, governança, sustentabilidade, responsabilidade social e ambiental, solidariedade, regeneração, etc. – conduziu o turismo comunitário para o centro das discussões (Frabino, 2013; Cañada, 2015), ainda que de forma menos abrangente em comparação ao turismo convencional que ainda predomina no âmbito das discussões de políticas públicas e como modelo hegemônico. Lapointe, Sarrasin e Benjamin (2018, p.31) reforçam a hegemonia do turismo convencional ao afirmarem que:

“Se há uma vertente diferente de pensamento e pesquisa que defende o turismo e o desenvolvimento sustentável como um locus de mudança no sistema econômico e mundial, ela só teve sucesso limitado nas margens, enquanto os discursos de globalização e turismo de massa continuam fortes. Isso exige uma compreensão das razões pelas quais esses discursos perduram apesar de críticas bem fundamentadas e de longa data.” (tradução nossa).

As redes de turismo comunitário e organizações similares têm papel fundamental na difusão desta temática, além de favorecer o surgimento de novas práticas em todo país (Moraes, Irving e Mendonça, 2018). No Ceará, a Rede Cearense de Turismo Comunitário (Rede TUCUM), no Rio de Janeiro e em São Paulo, a Rede Nanhadereko de Turismo de Base Comunitária, no Paraná a Rede de Anfitriões do Litoral e, em Santa Catarina, a Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia e, em abrangência nacional, a Rede Brasileira de Turismo Solidário e Comunitário (Rede Turisol) fazem parte desse cenário.

Na Bahia, a Rede de Turismo Comunitário da Bahia, Rede BATUC, tem se territorializado, ampliando tanto o número e a diversidade de iniciativas/membros que fazem parte, quanto no reconhecimento através de premiações e ações diretas nas políticas públicas estaduais, assim como no apoio de organizações não governamentais, de agências de viagens, operadoras e instituições de ensino que aderem aos seus roteiros.

Atuando desde 2015 (quando se deu sua formação como “movimento pelo turismo comunitário da Bahia”), a Rede BATUC destaca-se, em especial, na sua articulação política e abrangência, sendo presente em 7

das 13 zonas turísticas do estado (Vieira, Benevides & Sá, 2022) e em 10 territórios de identidade¹, dos 27 existentes.

Entendendo as redes de TC como movimentos sociais, Bocayuva (2020) apresenta os movimentos sociais como forma de organização e entrelaçamento de sujeitos coletivos, que estão permeados pela mesma força criadora que nasce do elo entre economia simbólica e modo de produção e reprodução da vida material e os mantém como princípios organizativos comuns. Há, ainda, uma diversidade e pluralidade que os caracterizam. Segundo o autor, no Brasil três dinâmicas contribuíram para o surgimento dos movimentos sociais: as nascidas da complexidade do tecido social, as derivadas do conflito relacionado com o mundo do trabalho e os contextos distributivos na cidade e no campo e as ligadas a lutas em prol da democracia. Desta forma, o movimento pelo turismo comunitário na Bahia se insere nas duas primeiras, enquanto defende a terceira característica como viés político.

Assim, verifica-se a necessidade de entendimento e apresentação de processos e singularidades realizados pela Rede BATUC - e seus membros na consolidação do turismo comunitário na Bahia e no Brasil, haja vista a escassez de material publicado sobre esta experiência. Pontualmente, também, verifica-se o maior interesse pela Rede por parte de pesquisadores e organizações nacionais e internacionais.

Destarte, este artigo tem como objetivo analisar as singularidades, atuação e respectivos processos do turismo comunitário realizados pela Rede BATUC. Desta maneira, foi necessário realizar a revisão bibliográfica sobre turismo comunitário e redes de turismo comunitário, indicar elementos que marcam e caracterizam o turismo Comunitário da Bahia e, por fim, caracterizar a Rede BATUC refletindo sobre seu histórico, desenvolvimento e situação atual.

A metodologia adotada para orientar a análise proposta se baseou em estudo de caso sobre a Rede BATUC, pesquisa bibliográfica e documental acerca do tema, sendo complementada pelo levantamento empírico de dados e informações disponíveis nas páginas da internet das iniciativas/membros da Rede BATUC e consulta a pesquisadores realizado no período de junho de 2023 a junho de 2024. A sistematização dos resultados se deu a partir do alinhamento histórico do objeto de pesquisa relacionando as bases conceituais e teóricas discutidas.

Dessa forma, a formação da Rede BATUC e seu breve histórico de atuação na Bahia, no Brasil, na América Latina e na Europa, é demonstrada nesse estudo sob a ótica dos autores e em convergência com as seguintes questões apresentadas pelos editores do presente dossiê: a) Diante dos desafios impostos pelo cenário atual, de que versões de turismo comunitário estamos falando? b) Como os múltiplos atores têm se (re)unido e configurado processos coletivos no turismo comunitário?

Este trabalho está dividido em cinco seções. A primeira busca discutir sobre o turismo comunitário no

¹ Os Territórios de Identidade representam uma unidade de planejamento do governo do estado da Bahia que abrange todo o estado para discussões de políticas públicas.

contexto teórico: a formação de redes, a economia solidária e a mobilização social. A segunda apresenta os procedimentos metodológicos da pesquisa. Em seguida, apresenta o estudo de caso e revelam-se os resultados e a análise da Rede BATUC, considerando os aspectos de concepção, histórico, organização, caracterização, de formação de alianças, relações intra e extra institucional, dentre outros, as análises prática-teóricas e as considerações finais.

2 A abordagem sobre turismo comunitário

2.1 Origem e perspectivas

Nas origens do turismo comunitário identificadas por Moraes, Irving e Mendonça (2018), encontramos o apoio da cooperação internacional através da doação ou financiamento à países da África, Ásia, Oceania, Caribe e América Latina por meio de ONGs como a holandesa Netherlands Development Organisation, a suíça World Wildlife Fund (WWF) e a inglesa Tourism Concern. Além disso, tem-se a atuação da Organização Mundial do Turismo (OMT) e da Organização das Nações Unidas (ONU) na aplicação de maiores recursos na África, América Latina e Caribe e no desenvolvimento de iniciativas em consonância aos acordos e pactos firmados após a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), a Eco 92 que ocorreu há 32 anos, no Rio de Janeiro em 1992 (Moraes, Irving & Mendonça, 2018).

O reforço da temática do turismo comunitário foi se revelando dentro das áreas de atuação dessas instituições internacionais e impulsionado por elementos como: Programa de Turismo Sustentável e Eliminação da Pobreza, lançado durante a Conferência das Nações Unidas para Desenvolvimento Sustentável - Rio+10; em declarações internacionais, como a Carta de Turismo Sustentável de Lanzarote em 1995, definida durante a Conferência Mundial de Turismo Sustentável, realizada na Espanha; pelas diretrizes dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, em 2000, e Metas do Milênio; bem como da indicação do ano de 2017 como o Ano Internacional do Turismo Sustentável para o Desenvolvimento. Junto a esse contexto, a apreensão sobre o turismo comunitário toma formas variadas e compreensões pautadas, também, pela criação de campanhas de informação, educação e de apoio às práticas do turismo ético e de comércio justo em países emissores da Europa (Moraes, Irving & Mendonça, 2018). A Declaração de Córdoba da X Conferência Ibero Americana de Turismo, também, enfatizou a importância do turismo comunitário para o desenvolvimento social e econômico das populações (XX Cumbre Ibero Americana, 2010).

O Ministério do Turismo do Brasil entende o turismo comunitário como:

Um modelo alternativo de desenvolvimento turístico, baseado na autogestão, no associativismo/ cooperativismo, na valorização da cultura local e, principalmente, no protagonismo das comunidades locais, visando à apropriação por parte destas dos benefícios advindos do desenvolvimento da atividade turística (BRASIL, 2008, p. 1).

Para diversos autores (Sampaio; Coriolano, 2009; Bartholo; Sansolo; Bursztyn, 2009; Fabrino; Nascimento

& Costa, 2016; Irving, 2009), o modelo de gestão baseado no turismo comunitário é uma forma de garantir às comunidades tradicionais o protagonismo no planejamento da atividade, execução e partilha de benefícios. Essa perspectiva se expressa no território, pois, enquanto o turismo convencional produz espaços regulados para o turista e para os moradores, o turismo comunitário disponibiliza seu espaço, com vivências reais e históricas sendo transformado em espaços de encontro (Sampaio & Coriolano, 2009).

Esse espaço regulado do turismo convencional pode ser considerado como originado do modelo hegemônico de economia internacional capitalista onde o turismo faz parte do sistema do Império de privatização do desenvolvimento não conferindo aos países do sul nenhum meio de se desenvolver sem sacrificar sua autonomia econômica e política, o que contribui para o esvaziamento do papel do Estado-nação na ordem neoliberal (Lapointe, Sarrasin e Benjamin, 2018).

Outra comparação que pode ser feita entre essas formas de turismo é que o turismo convencional na sua versão mais exacerbada, se apresenta como um vetor de exploração da fragilidade ecológica e social de locais com vulnerabilidade ambiental e que, sem o devido planejamento e gestão, acaba por destruir sua própria fonte de subsistência: a natureza (CORBASI, 2021). Difere do turismo comunitário, que tem nos seus sujeitos os guardiões dos biomas e ecossistemas e de muitas unidades de conservação e seus entornos, e a partir da sociobiodiversidade reproduzem seus modos de vida sem explorar, mas fazem um bom uso, protegem e regeneram a natureza e a cultura.

Sob o ponto de vista conceitual, em diversos países latino-americanos, Sansolo e Bursztyn (2009) observam que a geração de benefícios diretos para as comunidades por meio da organização e controle da atividade por parte da comunidade é um elemento crucial. Um turismo que perdue e traga benefícios para uma determinada comunidade receptora depende da proatividade dos seus moradores em relação à gerência do turismo no seu espaço de vivência.

Deste modo, o turismo comunitário pode ser entendido como uma tecnologia social ou metodologia de desenvolvimento social para que comunidades e iniciativas, com desvantagens históricas, viabilizem seus respectivos modos de vida (Nitsche, 2013). Assim, verifica-se que a ligação entre turismo e as comunidades, nesse formato, e enquanto uma territorialidade, torna-se um meio de valorização do patrimônio cultural e natural, de troca de experiências entre turistas e comunitários, entre visitantes e visitados, de incentivo para a permanência dos moradores em seus espaços, além de uma alternativa de trabalho, renda e manutenção dos seus territórios.

O turismo comunitário tem como sujeitos as pessoas das comunidades que desejam ou que já estão empreendendo essa modalidade de turismo. Conforme Braghini, Santos e Vieira (2019), o turismo comunitário tem como foco as pessoas das comunidades tradicionais interessadas ou constituindo esse turismo. Por se tratar de comunidades, esses "... grupos possuem suas próprias lógicas de organização que muitas vezes não atendem a critérios convencionais. Então, se analisadas pelo viés convencional, serão consideradas

comunidades imaturas ou incapazes, eis aí um risco real de exclusão ou de desqualificação...” (Braghini; Santos; Vieira, 2019, p. 44).

Entende-se, também, como Rocha e Fonseca (2021, p. 14), de que:

“o TBC se configura como uma possibilidade de um turismo mais solidário, ao estreitar a relação entre o turista e a comunidade tradicional e local, baseado em princípios mais humanitários”. Ou seja, o turismo comunitário pode ser encarado como uma importante estratégia para evitar a especulação imobiliária e a gentrificação nas localidades, já que os comunitários terão condições de permanecerem em seus territórios, protegendo assim sua identidade local, seus costumes e saberes da natureza”.

Segundo Navas-Ríos (2019, p. 145), no turismo comunitário “O central é ter a natureza como destino, a preocupação com o bem-estar das populações, os seus valores, a sua cultura, os seus recursos naturais, garantindo uma participação mais ativa tanto dos turistas como da população local” (tradução nossa). Nesse turismo a comunidade planeja, implementa e controla os serviços que oferecem ao visitante.

A compreensão do histórico do turismo comunitário no Brasil é imprescindível, pois possibilita identificar os contextos e as situações de sujeitos, ações e temáticas para que possamos analisá-los de forma coerente, em sua diversidade axiológica e multiplicidade de significados compreendendo suas múltiplas racionalidades.

A origem do turismo comunitário é imprecisa, mas as discussões com visibilidade mundial na temática do turismo com sustentabilidade ganharam força a partir da realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - RIO 92, apontando para o cuidado com as pessoas e com natureza e a cultura dos lugares a serem visitados. Segundo o Ministério do Turismo (Brasil, 2010), as primeiras experiências de turismo comunitário são da década de 1990, e foram organizadas independentemente de ações públicas, que apenas em 2008, teve um edital de chamada pública do governo federal para fomento a atividade, identificando mais de 500 propostas de iniciativas. Atualmente, não existem dados atualizados sobre esse panorama nacional, embora a Rede TURISOL tenha mapeado parte das iniciativas em 2022 chegando a um total de 90 (Projeto Bagagem, 2022).

A partir desse contexto, nota-se, também, a presença, nas iniciativas de turismo comunitário, de movimentos sociais de forte tradição de reivindicação por direitos e assunção de deveres da cidadania e emancipação humana, da luta por terra, território e pelas águas e florestas, somadas à atuação de grupos na prática e defesa de suas culturas, patrimônios e ancestralidades, bem como do direito a cidade pelas iniciativas urbanas.

Tais processos têm contribuído para que o turismo comunitário venha sendo organizado por meio de ações coletivas e de redes locais, nacionais e internacionais, que têm permitido descrever preocupações comuns e formar alianças entre indivíduos, organizações e movimentos sociais que compartilham a intenção de influenciar agendas de políticas públicas e provocar a

reflexão sobre formas de comercialização do turismo comunitário, em outros moldes além dos do turismo convencional (Moraes, Irving & Mendonça, 2018).

Todavia, Moraes, Irving e Mendonça (2018) apontaram que ‘distante de representar um consenso’, o “TBC na Rede”, ou seja, turismo comunitário organizado em rede, está permeado por inúmeras controvérsias e sujeitos a exemplo das organizações não governamentais, os movimentos sociais, as universidades, os órgãos governamentais articulados, inicialmente, sob estratégias para as mobilizações em defesa dos territórios tradicionais, que tiveram origem no final da década de 1980.

Assim, o Turismo Comunitário ao fazer um contraponto ao turismo convencional vem sendo delineado a partir de estratégias culturais e políticas enraizadas localmente (Fratuchi & Moraes, 2020), apontando para modelos contra-hegemônicos de turismo a partir de valores da economia solidária, da agroecologia, das redes e da mobilização social.

O turismo comunitário no Brasil, também, está inserido no debate e em ações das abordagens de turismo sustentável com ampla participação de iniciativas no II Fórum Global sobre Turismo Sustentável que foi realizado no Fórum Social Mundial (FGTS, 2018), e de turismo regenerativo como a presença dos coletivos indígenas e da Associação Despertar Trancoso na Aliança Pelo Turismo Regenerativo - Futuri (Aliança Futuri, 2023), na região extremo sul da Bahia, e de turismo responsável com experiências descritas em vários estados como no livro Turismo Responsável (Costa et al., 2024). Além disso as iniciativas de TC têm participado historicamente de fóruns, conselhos e federações da economia solidária e praticado um turismo solidário.

Segundo a Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES, do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, do governo federal:

[...] compreende-se por economia solidária o conjunto de atividades econômicas de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito, organizadas sob a forma de autogestão[...]. No Brasil, a economia solidária se expandiu a partir de instituições e entidades que apoiavam iniciativas associativas comunitárias e pela constituição e articulação de cooperativas populares, redes de produção e comercialização, feiras de cooperativismo e economia solidária etc. [...] (Brasil, 2016, p. 1).

O turismo comunitário faz parte do movimento brasileiro da economia solidária, que segundo Oliveira (2024) está inserido nas experiências de autonomia-como-práxis-democrática protagonizadas pelos movimentos sociais latino-americanos hoje, às margens do Estado.

Todo o contexto mencionado perpassa as mobilizações sociais dessas populações pelo direito à defesa e proteção do território e dos recursos naturais e culturais associados aos seus modos de vida, o que Moraes, Irving e Mendonça (2018) mencionam que se constituem de atrativos singulares da oferta turística comunitária.

O turismo comunitário como movimento político social, organizado em rede, na perspectiva da economia

solidária e na garantia socioeconômica e territorial será demonstrado no contexto da Rede BATUC.

2.2 Turismo comunitário sob a visão de redes

Não cabe, neste trabalho, falar de maneira específica sobre as trajetórias históricas das redes de apoio ao turismo comunitário. Porém, é necessário que se faça registrar, de maneira geral, entre os princípios defendidos por essas redes, a defesa do turismo 'da' e 'para' a comunidade, o modo de vida, a cotidianidade como atração principal, a partilha cultural e a preservação ambiental, a transparência no uso de recursos e a parceria social (Freire, 1996). O que caracteriza, ainda, as redes de turismo na atuação de seus membros é o caráter da partilha de seus benefícios econômicos e não-econômicos advindos da atividade turística e da sua produção associada.

Entende-se que o turismo é um fenômeno complexo, uma prática social de base cultural e econômica, que comporta uma diversidade de redes de inter-relacionamentos repletos de objetividades e subjetividades (Moesh, 2004). Desta forma, a gestão das redes integradas entre comunidades/iniciativas que pratiquem turismo pode ser compreendida por um processo que exija dialogicidade para propiciar as existências concretas de espaços mais abertos e democráticos para tomadas de decisão (Freire, 1980), ou seja, conectividade e horizontalidade. Consiste, assim, em um contraponto, na medida que as ações deixam de ser para pessoas e passam a privilegiar as ações entre pessoas e entidades que assumem a responsabilidade cidadã (Tenório, 2012).

Segundo Araújo (2020), as redes num sistema complexo representam as conexões formadas pelos seus elos (nós) que são os atores ou sujeitos do processo. São elementos ou partes entrelaçadas que visualmente se expressam na forma de teia e podem ser representadas por grafos. Assim entendem-se as redes de turismo comunitário.

Essas diversas rede, em grande medida não estão inseridas no sistema do turismo convencional e tem se constituído em regiões periféricas "... com o objetivo de apoiar e estimular a difusão e/ou comercialização do TC, e para definição de estratégias para enfrentar a condição de negligência da esfera pública com relação a esse tipo de turismo, frequentemente desvalorizado em políticas públicas..." (Moraes et al, 2020, p.8).

Essa negligência dos poderes públicos, em boa medida tem origem na apreensão da política pública de racionalidade funcionalista sob a qual compreende o turismo comunitário como uma ferramenta de desenvolvimento econômico - mesma lógica atribuída ao turismo convencional - por meio da análise de muitos especialistas do turismo. Estes nutrem suas análises oriundas de quadros de valor voltadas para o gerencialismo do turismo comunitário enquanto atividade de negócio, discutindo a concepção da sustentabilidade do turismo comunitário apreendida prioritariamente pela lógica econômica de mercado em detrimento de outras lógicas e dimensões como a sócio-política, o que empobrece o que realmente representa essa modalidade.

Alguns autores ilustram essa outra lógica, mais humanizada e solidária para as redes de turismo comunitário, como diz Urano, Siqueira e Nóbrega (2016, p. 207) "A rede construída a partir do turismo de base comunitária compreende, por sua vez, uma nova configuração de interações dos seus nós. Possuem relações de poder distintas, os atores sociais exercem seus papéis de forma diferente e os vínculos devem ser construídos baseados em outros valores como cooperação, solidariedade, equidade e justiça", onde apreende-se que antes de valores de mercado, os valores de uma economia solidária em rede estão aí constituídos e a partir deles é que devem ser estudadas e analisadas, e não em comparação depreciativa com as empresas turísticas convencionais.

Segundo Moraes, Azevedo e Mendonça (2018, p. 260) as redes de turismo comunitário têm envolvimento de "...lideranças comunitárias, instituições públicas, operadores privados de turismo, e ongs de perfis diversos...e fomentam a participação ativa e a corresponsabilidade dos associados nas ações de interesse comum, o que tende a gerar um sentimento de pertencimento e a fortalecer os laços entre os membros...". Isso contribui para que a tarefa de eventuais comissões gestoras ou coordenadores seja mais leve e prazerosa.

Bezerra, Chagas e Lopes (2008, p. 10), argumentam que em relação ao turismo comunitário

"...A formação de redes e alianças entre atores locais, bem como de atores locais com agentes externos que tenham como preocupação ou foco a dimensão social do turismo e não o interesse econômico na sua exploração, pode ampliar as forças da comunidade para resistir aos processos de colonização. Ao fortalecer o capital social da comunidade e criar consciência da força da sua identidade, também cria as condições para responder às pressões do mercado..."

Segundo Burgos e Mertens (2016, p. 25) o turismo comunitário "...acolhe a participação social como compromisso central do planejamento e gestão da atividade. Quando diferentes membros de uma comunidade que exerce o TBC trabalham juntos, mediante diversos processos e acordos relacionais, a estrutura que emerge desta inter-relação se traduz na existência de uma rede social".

Observa-se que a teoria das redes aplicada ao turismo comunitário apresenta aspectos positivos do ponto de vista endógeno e das suas relações externas, em que, no Brasil, tem trazido contribuições para a incidência política para formulação de políticas públicas (como leis estaduais específicas de fomento ao turismo comunitário) e para a manutenção da territorialização de espaços de vida e reprodução da existência de povos e comunidades tradicionais, como se vê na Rede Cearense de Turismo Comunitário – Rede TUCUM e na Rede de Turismo Comunitário da Bahia – Rede BATUC.

3 METODOLOGIA

Este trabalho de natureza qualitativa, com método descritivo e exploratório (GIL, 2002), tem como lócus de pesquisa a área de abrangência da Rede BATUC (estudo de caso), isto é, as iniciativas e empreendimentos associados a ela no estado da Bahia.

Neste estudo, o olhar sobre o tema parte das investigações de mestrado de Lima (2023) intitulada “A construção de uma política pública ao revés: de movimento à Rede de Turismo Comunitário da Bahia” e da tese de Vieira (2024) denominada “Saberes e Práticas nas Iniciativas de Turismo em Comunidades Tradicionais do Estado da Bahia”, e é complementada pela literatura nacional e internacional com foco turismo comunitário ou de base comunitária e redes de turismo comunitário.

No entanto, este trabalho tem caráter inédito, pois é a primeira vez que a Rede BATUC é estudada como objeto único de pesquisa, apresentando informações não publicadas na literatura científica.

A obtenção dos dados primários deu-se a partir da coleta documental fornecida pela Rede BATUC no período de 2019 a 2024. Grande parte do material foi recolhido e encaminhado pelos membros da comissão estadual da Rede BATUC. Houve, também, escutas ativas, método utilizado na comunicação para se referir principalmente a ouvir com atenção e interesse (Souza; Ribeiro & Tavares, 2021). Esta metodologia foi escolhida por conta das perspectivas dos entrevistados: anciãos, griôs, lideranças comunitárias pertencentes à Rede Batuc e representantes da comunidade acadêmica no período de setembro a dezembro de 2023.

A análise do material coletado e a transcrição das entrevistas teve como método recortes da análise de conteúdo de Bardin (1977) e parte é apresentada em tabelas e mapa.

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO

4.1 Concepção, histórico e ações da Rede de Turismo Comunitário da Bahia (Rede BATUC)

O primeiro passo para a constituição da Rede BATUC deu-se em 2015, quando um coletivo de iniciativas de turismo comunitário do campo e da cidade, técnicos, professores, agentes de viagens, gestores e guias de turismo se reuniram presencialmente com apoio da Secretaria de Desenvolvimento Rural – SDR do Governo do Estado da Bahia, da Coordenação Ecumênica de Serviços – CESE e da Tatur Turismo e Viagens para discutir posicionamentos conjuntos da Bahia para participação no II Encontro Nacional da Rede de Turismo Solidário e Comunitário – REDE TURISOL, que se reuniu naquele ano em Brasília de 12 a 14 de agosto de 2015, na Universidade de Brasília - UnB (RAÍZES DS, 2015).

Os participantes iniciais do movimento integravam principalmente de 3 ações que existiam em separado e foram se aproximando a partir da participação em eventos comuns: a iniciativa Ciranda Salvador que reunia comunidades urbanas da capital, a incubação de rede de empreendimentos solidários em Matarandiba pela incubadora ITES da Universidade Federal da Bahia e os assentamentos e quilombos atendidos direta e indiretamente pelo programa Terra Sol do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA. Registra-se que a Universidade do Estado da Bahia – UNEB tinha, desde 2011, um projeto de turismo comunitário urbano no entorno do seu campus em Salvador, cujos membros não acompanharam o desenvolvimento da Rede BATUC.

Participaram desse encontro inicial, em Salvador, 9 iniciativas de turismo comunitário, 3 projetos sociais, 1 associação comunitária, 7 agências de viagens e instituições de apoio à comercialização, 2 organizações da sociedade civil, 1 do governo estadual e 3 educadores independentes (Campos Filho, 2015). Na ocasião deste evento, o então chamado “Movimento pelo Turismo Comunitário da Bahia” elaborou uma memória a partir das discussões sobre suas necessidades e a apresentou no Encontro Nacional da Rede TURISOL, por meio de uma representação de 5 pessoas, dando assim, o alicerce ao caminho da constituição da rede e a seus desdobramentos.

Antes disso, aconteceram em Salvador, em 2009, 2011 e 2013 uma série de eventos de turismo comunitário, sem uma interlocução efetiva entre si. Um deles ocorreu em 2005, contando com cerca de 37 comunidades de assentamentos rurais de reforma agrária federais, sob amparo da política pública Terra Sol do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA, com apoio da Política Nacional de Turismo Rural da Agricultura Familiar-PNTRAF do Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA. Essas comunidades, em sua maioria, foram estudadas quanto ao seu potencial turístico, por equipe multidisciplinar do INCRA em convênio com a Fundação para o Desenvolvimento Educacional de Saúde Ambiental, Científico Tecnológico Econômico Sociocultural Turístico -FUNDESF.

Uma pequena parte desses assentamentos já recebia visitantes e participava de eventos de turismo, o que foi fortalecido pela pesquisa de mestrado de Campos Filho (2016) que as aproximou de comunidades quilombolas que já estavam observando o movimento pelo TC, e as ofereceu a possibilidade de inserção. Foi assim que passaram a fazer parte do que hoje é a Rede BATUC os Assentamentos Frei Vantuy, Caritá, Baixão, Rosely Nunes e Europa. Esses 3 últimos integram o Roteiro Encantos da Chapada, no município de Itaetê e os Assentamentos Andaraí I/Poço Azul e Mocambo/Olhos D'Água, localizados no município de Nova Redenção, assim como aqueles que integram o Roteiro Turismo em Movimento (Bela Vista, Eldorado e Nova Suíça), ligado ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST.

Foi a partir desse trabalho do Terra Sol, que diversos movimentos sociais e sindicais do campo em defesa da reforma agrária passaram a incorporar nas suas pautas de reivindicação o apoio ao turismo nas comunidades como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, o Movimento de Luta pela Terra – MLT, a Federação de Trabalhadores da Agricultura – FETAG Bahia e o Movimento Estadual dos Trabalhadores Rurais, Assentados, Acampados e Quilombolas-CETA.

Outra ação que merece registro foi a realizada pela Associação Estrela Brasil, entidade irmã da ong Estrela, sediada na Grã-Bretanha, que fomentava o TC em coletivos de comunidades de Salvador e de Maragogipe, no período de 2007 a 2014, tendo realizado evento, em 2013, onde participaram técnicos que já atuavam no INCRA com turismo comunitário e na Universidade do Estado da Bahia-UNEB. Com a Estrela Brasil estavam coletivos dos bairros do Alto do Cabrito, do Calafate, de Plataforma e do Uruguai, essas três últimas integrando em seguida o movimento pelo turismo comunitário da

Bahia e permanecendo na Rede BATUC. Considera-se que foi um trabalho pioneiro em Salvador e que chegou a ter roteiros reconhecidos pelo órgão de turismo da prefeitura de Salvador (Estrela Brasil, 2013), embora sem amparo de política pública.

O “Movimento pelo turismo comunitário da Bahia” se fortaleceu de 2017 a 2018 mesmo sem eventos presenciais, com encontros e conversas virtuais de forma periódica, e pela aproximação de novos técnicos e novas comunidades como a Reserva Pataxó da Jaqueira localizada no município de Porto Seguro e o Assentamento Boa Sorte Una do município de Iramaia na Chapada Diamantina, acompanhado pelo MST. Outro fator de aglutinação desse grupo do movimento foi o convite para organizar o II Fórum Global Sobre Turismo Sustentável – FGTS, feito pela comissão organizadora do Fórum Social Mundial de 2018, a partir de consulta pública realizada pelo Fórum Baiano de Economia Solidária (Campos Filho et al., 2018). O convite foi aceito pelo movimento após consulta à coordenação da Rede TURISOL que passou a integrar a comissão organizadora do fórum em tela.

Também foi, em 2017, que uma comissão do movimento começou a articular diversos parlamentares estaduais para a elaboração de um marco legal específico para o turismo comunitário tendo em vista que a estrutura de estado e a própria lei estadual do turismo (de 2014) não contemplava explicitamente essa modalidade. Até esse momento, apenas o estado do Rio de Janeiro tinha um marco legal com essa finalidade, embora não efetivado em ação prática de política pública.

Em 2018, o movimento pelo turismo comunitário da Bahia se reuniu em vários momentos para preparar o II Fórum Global Sobre Turismo Sustentável-FGTS junto com articuladores de outros estados ligados à Rede TURISOL, à organismos internacionais e a UFBA que hospedou o evento. Inclusive, foi realizado um evento preparatório com um representante da Rede Latino-Americana de Turismo Comunitário, Camilo Alvarado, da Colômbia, que passou por Salvador. No II FGTS conseguiu-se reunir representantes de todos os continentes, de 9 países e de 9 estados brasileiros e elaborada a Declaração de Salvador, na qual constava dentre outras diretrizes, o fortalecimento e a integração em rede, envolvendo as iniciativas de turismo comunitário existentes e atuantes no país, e a conexão com outras redes regionais e nacionais (II Fórum Global Sobre Turismo Sustentável-FGTS, 2018), contribuindo para o fortalecimento da ideia de criação de uma rede baiana de turismo comunitário (Campos Filho et al., 2018).

Ainda em 2018, após o FGTS, e para fortalecer o movimento em torno da criação do marco legal estadual e com a disponibilidade de novas ferramentas de comunicação virtual, aproximaram-se mais iniciativas comunitárias, como o Quilombo Quingoma, o Assentamento Caimã Ponta da Serra, o Quilombo do Tereré e Maragogipinho e o Quilombo Jatimane. Essa aproximação na sua maioria deu-se a partir de visitação de algum membro do movimento à essas comunidades e formulação de convite, a partir de critérios mínimos observados como existência de grupo de lideranças, aproximação com valores da economia solidária e práticas de sustentabilidade.

O ano de 2019 trouxe 2 dinâmicas bem incidentes para a construção da rede. A apresentação na Assembleia Legislativa do projeto de lei para instituição da política estadual de turismo comunitário pelo deputado Raimundo Tavares – Bobô (ALBA, 2019) e o trabalho de incidência política feito pela coordenação do movimento na Superintendência de Agricultura Familiar - SUAF da Secretaria de Desenvolvimento Rural – SDR do governo do estado da Bahia. A lei foi elaborada a partir de diversas reuniões presenciais com a assessoria parlamentar do deputado, com a coordenação do movimento e aberta consulta pública a todos membros da rede e a sociedade por 90 dias. O texto consolidado foi apresentado em 13 de fevereiro de 2019 para tramitação e aprovado em 4 de setembro de 2019, e a lei sancionada pelo presidente da Assembleia em 24 de setembro de 2019 com publicação no diário oficial do estado no dia seguinte. O único ponto retirado do texto do projeto original foi a criação de um fundo de apoio a política estadual de turismo comunitário, por limitações legais.

A segunda dinâmica importante para a construção da Rede BATUC, no ano de 2019, foi perante a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Rural – SDR, responsável por políticas de fomento à agricultura familiar, à reforma agrária e a comunidades de povos e comunidades tradicionais. Foram realizadas reuniões presenciais e virtuais com resultados positivos, como a participação do movimento na Feira Baiana de Agricultura Familiar e Economia Solidária - FEBAFES com stand, folheteria e ajuda de custo aos comunitários, e a realização do I Seminário de Turismo Comunitário durante a feira, onde decidiu-se pela criação da Rede de Turismo Comunitário da Bahia, no dia 25 de novembro de 2019.

Esse evento teve a presença de técnicos, pesquisadores, guias de turismo e 21 empreendimentos e iniciativas, que continuam na Rede até o presente. Além disso, ocorreu a ampliação do tema do turismo comunitário nas discussões com os gestores da SDR para inclusão do turismo comunitário nos editais do Programa Bahia Produtiva, fato que já tinha ocorrido em 2018 apenas para comunidades quilombolas. Em 2019, através do Edital nº 14, denominado Seleção de Subprojetos Socioambientais para Conservação e uso Sustentável da Biodiversidade, essa secretaria apoiou outros beneficiários com o fomento ao turismo comunitário, atendendo a 3 empreendimentos da rede.

Outro ponto que se consolidou, a partir de 2019, foi a incorporação do turismo comunitário em ações concretas e nas pautas de reivindicação dos movimentos sociais do campo e das águas que atuam em defesa da reforma agrária e de povos e comunidades tradicionais e que tem integrantes na Rede BATUC. Além dos já citados, o Movimento de Pescadores e Pescadoras - MPP realizou uma série de capacitações para comunidades ribeirinhas do sul e baixo sul da Bahia que são atingidas negativamente pelo turismo convencional e de massa, e que ventitam o turismo comunitário como alternativa de atividade econômica e defesa das suas águas, mangues, terras e florestas e de seus ofícios tradicionais como pesca artesanal e mariscação.

O ano de 2020 foi marcado, ainda, pela definição do nome da Rede, que, a partir de uma enquete virtual

com todos os integrantes, momento em que foram propostos alguns nomes para votação e abertura para sugestão de outros. Assim, a rede de turismo comunitário da Bahia, foi batizada no dia 2 de julho de 2020, dia símbolo de independência com o nome REDE BATUC. Uma alusão ao som dos tambores (bataque) e a junção das palavras Bahia, turismo e comunitário.

Ainda em 2020, foi realizado de forma virtual, devido a pandemia de covid-19, o II Encontro Estadual de Turismo Comunitário da Bahia com coordenação da SDR e apoio da Rede BATUC. Também foram realizados pela BATUC encontros virtuais de trocas de conhecimento com a Rede Cearense de Turismo Comunitário-TUCUM, Rede Caiçara de Turismo Comunitário, Rede Nhandereko e com a ong Projeto Bagagem que apoiava a organização da Rede TURISOL.

O ano foi de vitória pela obtenção do prêmio nacional do Desafio de Inovações em Turismo Sustentável da ASHOKA e CTG Brasil, o mais significativo do país, que foi um divisor de águas na visibilidade da Rede, no aumento da participação interna, na sustentabilidade financeira e no processo de planejamento estratégico interno. O prêmio resultou em dois processos de mentoria patrocinado pelos organizadores do certame e na concessão de R\$ 100.000,00 em dinheiro para ações de custeio da rede em capacitações, programação visual, visitas à campo, participação em eventos e organização de secretaria executiva, o que tem perdurado até o presente, mediante a otimização dos recursos e a manutenção do trabalho de voluntariado da comissão estadual da Rede.

Em 2021, ainda com o agravante do contexto pandêmico, a rede, ao aplicar recursos do citado prêmio realizou 2 eventos presenciais para o fortalecimento da sua estruturação como: a reunião da comissão no Quilombo Kaonge em Cachoeira e a reunião ampliada da comissão com mais 10 membros de iniciativas filiações, em Salvador, na comunidade do Uruguai, que empreende o Alagados Communit Tours. O evento resultou no fortalecimento do planejamento por eixos de atuação da rede como capacitação, administração, articulação e comercialização. Além disso avançou-se com a Secretaria Estadual de Turismo - SETUR nos passos da implantação total da lei com a seleção de entidades para implantação do Comitê Estadual previsto no instrumento. Com o Centro de Culturas Populares e Identitárias – CCPI da secretaria Estadual de Cultura, também, conseguiu-se a inclusão do tema em editais da Lei Aldir Blanc/Ministério do Turismo que atendeu a 2 empreendimentos da rede.

Em 2022, o trabalho por eixos de atuação foi intensificado, assim como a presença em campo, visitando as iniciativas, realizando capacitações virtuais e presenciais, articulando a instalação do comitê previsto na Lei Estadual e aumentou-se a participação na agenda política estadual e nacional, especialmente com apoio da Rede TURISOL. O eixo da comercialização (e promoção) foi incrementado com a rodada de negócios realizada com agências e operadoras na Feira Baiana de Agricultura Familiar e Economia Solidária em Salvador e na entrega de folders da rede nos postos de informações turísticas de Salvador e no evento de turismo rural realizado em um shopping da capital em parceria com a SETUR. Essas ações partiram da Rede pela sua luta

social e de afirmação em espaço político pois as secretarias municipais ainda não tinham consolidado o espaço do turismo comunitário nas suas estruturas e ações como era esperado e devido. Um cenário que exigia um protagonismo permanente da comissão estadual da rede.

Em 2022, a Rede foi coorganizadora da I Conferência Internacional de Turismo Comunitário da Bahia em parceria com a UNEB no âmbito do Doutorado em Difusão do Conhecimento, onde apresentou-se experiências comunitárias, trabalhos científicos e a palestra magna do Professor Ernest Cañada da Universidade das Ilhas Baleares (Espanha) e do centro de investigação independente Alba Sud, que convidou membros da rede BATUC para serem correspondentes da entidade no Brasil.

Em novembro de 2022, a Rede também participou pelo quarto ano, da Feira Baiana de Agricultura Familiar e Economia Solidária com stand, folder, souvenirs e novo seminário estadual, com maior visibilidade do que em anos anteriores com o fomento da SDR.

Em setembro de 2023, a Rede participou ativamente do III Fórum Franco Brasileiro de Turismo Sustentável, em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial-SENAC e com o consulado da França em Recife. Logo depois realizou nesse mesmo ano um encontro estadual deliberativo de caráter presencial onde foi aprovada a primeira versão do seu regimento, foi eleita nova coordenação com renovação parcial de seus membros (garantindo a diversidade de gênero e representações do campo e da cidade) e a proposta de criação de uma entidade formalizada para representar os interesses da rede e captar recursos. Nesse encontro o diretor presidente da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional da Bahia – CAR do governo do estado anunciou que a entidade elaboraria em 2024 um edital de chamamento para seleção de projetos de turismo comunitário em parceria com a Secretaria de Turismo do Estado da Bahia, que é uma demanda prioritária da rede. Em novembro realizou um encontro na nova comissão eleita onde detalhou-se um plano de trabalho e divisão de tarefas para os próximos meses.

Em 2023 foi um ano de dupla premiação internacional. Foi vencedora Gold no Terceiro Prêmio de Turismo Responsável da World Travel Market Latin América-WTM na categoria Melhores Soluções para a Promoção da Diversidade e Inclusão, e o Prêmio Global de WTM Londres, recebido pessoalmente por uma comissão de 3 membros da rede e 1 da Secretaria de Turismo do Estado da Bahia na presença do Ministro do Turismo do Brasil e do Presidente da EMBRATUR, remetendo a organização a uma visibilidade e processo de reconhecimento nacional e internacional não tidos até agora.

Esses processos de premiação levaram em 2024 a vinda do Presidente da EMBRATUR a visitar a Rota da Liberdade, empreendimento quilombola da Rede BATUC e uma maior visibilidade em órgãos de imprensa local e a um maior reconhecimento do trade turístico do estado.

Também em 2024 ampliou-se a visibilidade internacional da Rede BATUC na Europa a partir da

realização de estágio de doutorado das turismólogas Aline Bispo na Universidade de Barcelona e de Salete Vieira na Universidade de Coimbra, onde ambas vem apresentando suas teses em andamento, artigos científicos e divulgando fotos e os folders da rede nesses países, reafirmando a condição de referência internacional na modalidade.

Em 2024 outra vitória importante foi a cessão de espaço físico pela Secretaria de Trabalho, Emprego, Renda e Esporte – SETRE para a rede instalar uma secretaria executiva, já equipado com móveis e em colaboração com o Centro Público de Economia Solidária – CESOL Salvador. Em 2024 também houve um importante encontro de membros da Rede BATUC com o governador do estado da Bahia onde firmou-se o compromisso de realização de agenda com toda a coordenação da rede.

4.2 Perspectivas e especificidades da Rede BATUC

O turismo que é protagonizado pelos empreendimentos e iniciativas da Rede BATUC no estado da Bahia, pode ser visto, a partir de duas perspectivas. Uma delas, que não é predominante, é a de iniciativas que se caracterizam pela prática de um turismo de adesão ao turismo convencional. A outra, que predomina é aquela que oferta serviços e produtos que não se assemelham ao comumente disponibilizado ao mercado convencional, apresentando elementos da economia solidária e da contra hegemonia, e com um conjunto de sujeitos não considerados no turismo hegemônico, como as organizações não governamentais e as instituições de ensino, e com iniciativas em lugares e municípios não considerados como turísticos nos mapas oficiais.

Juntando isso a outros aspectos, é possível identificar quais são os elementos aglutinadores do turismo comunitário da Bahia, representado na Rede, tais como: temas; atores; ações e espaços de práticas aos quais nos conduz a afirmar o turismo comunitário enquanto um fenômeno social crítico cuja análise varia em abordagens teóricas e metodologias mais ou menos apropriadas, momentos e contextos multidimensionais e multireferenciados.

Uma outra peculiaridade que retrata a singularidade da Rede BATUC é que pesquisadores de outros estados consideram que o processo de formulação da lei estadual 14.126/19 que instituiu a Política Estadual de Turismo Comunitário da Bahia foi o único do país aprovado até 2023 com amplo debate com a sociedade civil interessada, e participação direta dos empreendimentos e iniciativas organizadas em movimento e rede. Mendonça (2023) entende que a Bahia teve um processo de construção coletiva e de acompanhamento da sociedade civil desde o início até a aprovação do marco legal, que nenhum outro estado teve. A coordenação da rede fez um trabalho de consulta individual enviado o projeto de lei a cada membro e provocando a discussão coletiva em diversos momentos, o que tornou rico em participação todo o processo.

Os processos ocorridos entre membros da Rede BATUC e outras redes e articulações de turismo comunitário no Brasil implicou na introdução de políticas públicas por projetos de lei semelhantes ao da Bahia em

vários estados como Minas Gerais, Goiás, Tocantins, Pará, entre outros. O processo da Bahia foi o único aprovado, até o momento, que partiu de uma rede estadual específica da modalidade, o que representa outra peculiaridade, pois os estados do Paraná e do Ceará que tem redes representativas de turismo comunitário ainda não aprovaram suas legislações.

Outros estados têm projetos de lei em andamento ou em ideia inicial como é caso de Sergipe e de Santa Catarina, tendo a Bahia passado o seu modelo de lei para pesquisadores da Argentina que estão em processo de criação de uma lei nacional. Ou seja, a atuação da Rede Batuc não se restringe ao estado e apoia a formulação de políticas públicas semelhantes em outros locais, revelando a multiescalaridade de seus impactos.

No próprio estado da Bahia a Rede influenciou em 2024 a criação da Lei Municipal de Turismo Comunitário do Município de Itaetê, a primeira do estado, onde há a iniciativa Encantos da Chapada que inclui 4 comunidades do programa nacional de reforma agrária.

Outra peculiaridade da rede é o ineditismo de buscar a formação em turismo (com foco no turismo comunitário) para jovens e adultos das suas iniciativas, através de uma política pública específica. Representantes de comunidades de assentamentos rurais e de movimentos sociais do campo apresentaram ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA e ao Centro de Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial Paulo Freire – CAECDT da Universidade do Estado da Bahia UNEB a proposta de cursos técnicos em guia de turismo e de formação superior em turismo pelo Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA, cujo projeto político pedagógico se encontra aprovado, e em processo de captação de recursos no governo federal, para início ainda em 2024. A Rede BATUC tem 2 representantes na comissão de elaboração dessas propostas. O PRONERA pode atender com esses cursos a jovens e adultos de comunidades quilombolas, de assentamentos, de fundos de pastos e de reservas extrativistas marinhas previamente cadastrados no INCRA.

Ainda com relação a educação a Rede BATUC, além da educação do campo, defende o acesso e permanência dos seus sujeitos na educação indígena, na educação quilombola e na educação popular, e todas essas como alicerces pedagógicos para processos de formação e capacitação em ambientes formais e não formais. Os momentos de capacitação virtual e presencial da rede tem se pautado nessas modalidades emancipatórias.

Outra característica observada na Rede é a sua espacialização (Figura 1) e a tipologia de seus membros comunitários. Elementos constatados a partir de um levantamento do impacto social e econômico da paralisia do turismo na Pandemia Covid 19 nos empreendimentos e iniciativas.

Em 2020, a Rede BATUC se mobilizou internamente e virtualmente para reivindicar o apoio de políticas públicas emergenciais, tendo em vista a suspensão de fluxo turístico e pela dificuldade de mobilidade para outras ações de geração de trabalho e renda por conta da pandemia.



Figura 1: Mapa das iniciativas/Empreendimentos da Rede BATUC.

Fonte: Rede BATUC, 2019.

Nesse levantamento dos 30 empreendimentos e iniciativas consultados, 22 apresentaram dados e informações que representaram no momento a maioria do perfil dos integrantes da rede (REDE BATUC, 2020), tais como: a territorialização da Rede alcança 7 das 13 Zonas Turísticas (Tabela 1), e 10 dos 27 Territórios de Identidade (Tabela 2), o que comprova o caráter de complementação da oferta turística do estado nas zonas turísticas de maior fluxo de visitantes e a proximidade com os principais portões de entrada como Salvador, Porto Seguro, Ilhéus e Lençóis.

Tabela 1: Territorialização Das Iniciativas/Empreendimento da Rede BATUC Pesquisados Na Pandemia Nas 7 Zonas Turísticas

Zonas Turísticas	Quantidade
Baía de Todos os Santos	7
Chapada Diamantina	5
Costa do Cacau	2
Caminhos do Sertão	2
Costa do Descobrimento	1
Costa dos Coqueiros	1
Costa do Dendê	1
Fora das Zonas Turísticas	3
TOTAL	22

Fonte: Rede BATUC, com adaptação dos autores, 2023

Tabela 2 – Territorialização das Iniciativas/Empreendimentos da Rede BATUC nos territórios de identidade baianos.

Territórios de Identidade	N
Metropolitana de Salvador	6
Chapada Diamantina	4
Recôncavo	2
Semiárido Nordeste II	2
Sisal	2
Litoral Sul	2
Baixo Sul	1
Piemonte da Diamantina	1
Sertão do São Francisco	1
Costa do Descobrimento	1
TOTAL	22

Fonte: Rede BATUC 2020. Elaboração dos autores.

Sobre a tipologia, por características de origem dos seus integrantes (tabela 3), foi constatado que a maioria dos coletivos de turismo comunitário eram de comunidades rurais (da reforma agrária e de povos e comunidades tradicionais) e povos do mar. Nestes, a atividade turística, também, mostra-se complementar a outras atividades principais, caracterizando o turismo comunitário como uma atividade pluriativa e da multifuncionalidade do campo (Candioto, 2009), uma vez que em apenas 2 iniciativas a renda vinda do turismo é superior a da atividade agrícola na maioria dos meses do ano.

Tabela 3: Tipologia de Iniciativas/Empreendimentos da Rede BATUC Pesquisados na Pandemia.

Tipologia	Quantidade
Quilombolas	6
Assentamentos de Reforma Agrária/Fundos De Pastos	10
Indígenas	1
Povos Do Mar	1
Urbanos	4
Total	22

Fonte: Rede BATUC 2020.

Importante, inclusive, registrar que dentre as comunidades urbanas da tipologia apresentada, 1 localiza-se no município de Uruçuca, distrito de Serra Grande e 3 no município de Salvador, sendo que nenhuma dessas últimas encontram-se em bairros tidos como turísticos, reforçando a ideia de diferenciação do turismo convencional e como expressão popular e solidária de inserção na atividade turística e parte da sua luta social. Imperativo, ainda, enfatizar a singularidade que representa a visitação em cada assentamento, terras indígenas, fundos de pastos, quilombos e comunidades urbanas, pois são únicos em suas histórias, pessoas, famílias, cotidianidades, recursos naturais, expressões culturais, saberes e fazeres.

Com relação a renda, o levantamento expressou que o movimento mensal médio de renda gerada pelo turismo comunitário foi declarado de cerca de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para um total de 6 mil visitantes por mês. Isso daria uma média de aproximadamente R\$ 9.000,00 (nove mil reais) por coletivo e um gasto médio por turista de cerca de R\$ 33,00 (trinta e três reais).

Inferese que esse resultado reflete o pouco tempo de permanência média do visitante em cada comunidade e que parte desse fluxo não realiza as refeições e não se hospeda nas comunidades. Possivelmente, isto esteja associado à indisponibilidade de infraestrutura nas comunidades, de um modo geral, situação esta que tem se revertido gradativamente. A maioria dessa renda cobria as despesas de condução de visitantes e refeições rápidas e aquisição de produtos locais e lembranças. Contudo, é recomendado que pesquisas mais detalhadas sejam feitas no sentido de ratificar ou retificar os dados levantados de forma remota.

De acordo os dados coletados, 674 comunitários estão envolvidos diretamente e cerca de 23 mil são beneficiados indiretamente.

Nesses 22 espaços (Tabela 3) existem um total de 127 condutores de visitantes/guias locais envolvidos, 94 envolvidos com hospedagens familiares e comunitárias, 115 pessoas em serviços de gastronomia, 219 envolvidas em atividades culturais e 39 em outras funções complementares. Esses dados também diferem do turismo convencional em que todos são importantes e se revezam e se complementam nas funções.

A Rede BATUC segue perseguindo a implantação total da lei estadual, a inclusão no plano plurianual de recursos específicos para o turismo comunitário, a discussão e aprovação de um regimento interno, a realização de um encontro estadual presencial e deliberativo, inclusive para aceite de novos membros comunitários que já atuam na modalidade e solicitam essa participação.

Também vem monitorando a retomada do fluxo de visitantes nos empreendimentos filiados no pós-pandemia, verificando-se uma crescente presença de visitantes do estado, de outras unidades da federal e de países, e dos visitantes do turismo pedagógico de escolas públicas e particulares e do turismo científico por universidades públicas e privadas, assim como de grupos de cicloturismo em diversos territórios.

Destaca-se, também, os grupos de trabalhos que a BATUC montou, de maneira exclusiva, para o dar

continuidade a todos seus trabalhos: grupo de administração, de articulação, de comercialização e de capacitação (com apoio da Comuniculturi, agência de turismo comunitário e membro-fundador) que realizam atividades periódicas, desde a visita a membros filiados a busca de novos patrocinadores para as ações da rede.

Pelas peculiaridades apresentadas verifica-se que uns dos diferenciais da Rede BATUC é a promoção de tecnologias e inovações sociais aplicadas ao turismo, de forma responsável, através da cooperação e contribuição por meio de práticas de gestão turística desenvolvidas em suas comunidades, iniciativas, técnicos e por membros do grupo gestor.

Uma característica que se destaca na Rede BATUC é a relação que mantém com coletivos de pautas transversais como luta pelo acesso e permanência na terra e territórios, por políticas de juventude e direitos humanos, por políticas de produção de alimentos saudáveis e da agroecologia, por políticas de gênero e de acesso a direitos e por políticas de economia solidária, inclusive dos bancos comunitários de desenvolvimento e moedas sociais presentes em 3 dos seus empreendimentos (Rota da Liberdade com a moeda sururu, Alagados Community Tours com a moeda umoja e Viver Tur Matarandiba com a moeda concha).

Assim a rede se articula com os movimentos sociais do campo como Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra-MST, Movimento de Luta pela Terra-MLT e Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA, com a Rede de Protagonistas em Ação de Itapagipe, Rede de Povos da Mata, Teia dos Povos, Rede Brasileira de Bancos Comunitários, Fórum Estadual da Economia Solidária, Rede de Mulheres Negras da Bahia e da Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB).

4.3 Rede BATUC: conjugando teoria e ação

Da análise da experiência da rede BATUC desde o seu processo de formação, estruturação e práticas tem-se como perspectiva a ratificação do contido no arcabouço teórico trazido pelos autores citados com relação a caracterização do que é turismo comunitário, dentre outros aspectos, pois a rede configura-se como um modelo de turismo alternativo, tem nas comunidades o protagonismo no planejamento da atividade, na execução e partilha de benefícios, e tem sido uma estratégia para evitar a especulação imobiliária e a gentrificação nas localidades (Ryos, 2019; MTUR, 2008; Rocha, Fonseca, 2021; Sansolo, Bursztyn, 2009; Nitsche, 2013).

Na perspectiva de Bocayuva (2020), a rede BATUC, também, configura-se como movimento social ao ser uma organização fruto do entrelaçamento de sujeitos coletivos com princípios organizativos comuns, nascida da complexidade do tecido social, e do conflito relacionado com o mundo do trabalho e os contextos distributivos na cidade e no campo com empreendimentos urbanos, da reforma agrária, da agricultura familiar e de povos e comunidades tradicionais. Segundo Burgos e Mertens (2016) a ação coletiva dos sujeitos do turismo comunitário de forma organizada, confirma a forma de rede, que se iguala a lógica de atuação da Rede BATUC.

Como organização coletiva horizontal e composta por iniciativas e empreendimentos autogestionados, a Rede configura-se também como atividade da economia solidária como referida em Brasil (2016), pois realiza a produção de serviços turísticos e os distribui sob a forma de autogestão através de associações e grupos informais. Em tempo, analisa-se que a designação de rede é também pertinente conforme os autores trazidos pois é uma organização com atributos de conectividade, horizontalidade, tem ações entre pessoas e entidades com reciprocidade, como partes entrelaçadas visualizadas em teia (Freire, 1980; Tenório, 2012; Araújo 2020), além de ter buscado outras redes para o seu fortalecimento, comprova-se assim que o entrelaçamento de influências mútuas está presente na Rede BATUC para além de suas fronteiras, demonstrando sua complexidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo ao analisar as singularidades, atuação e respectivos processos do turismo comunitário realizados pela Rede BATUC, respondeu a duas das questões propostas pelo presente dossiê relativas: a) a apresentação de uma versão do turismo comunitário que acontece no Brasil no cenário atual, tendo a BATUC como foco e b) como a Rede tem se configurado como um processo coletivo de turismo comunitário de 2015 a 2024. Também cumpriu seu objetivo de analisar as singularidades, atuação e respectivos processos do turismo comunitário realizados pela Rede BATUC.

Assim, pode se considerar que a Rede BATUC tem se configurado como um “Movimento pelo Turismo de Base Comunitária da Bahia”. Destarte, orientados pelos pressupostos teóricos as reflexões indicam que a BATUC:

- Tem características de rede como conectividade e horizontalidade, onde seus membros autogestionados participam diretamente da concepção, planejamento, desenvolvimento e execução do turismo, e como versão de movimento e tecnologia social apresenta singularidades;
- Traz uma versão do turismo comunitário e suas respectivas práticas, apoiadas na economia solidária e na mobilização social em rede, pois permitiu compreender o caráter reticulado das relações, assim como de dimensões on-line das interações, levando a visualizar-se diferentes níveis das ações turísticas coletivas;
- Tornou, de forma clara, o papel da rede na difusão da temática do turismo comunitário como através de suas premiações, no impacto da criação de uma política pública estadual, em trabalhos científicos e técnicos e na relação com outras redes do país.

Pelo histórico e ações descritas, as atividades da Rede BATUC também apontam para um modelo contra-hegemônico de turismo a partir de valores da economia solidária, da agroecologia, das redes e da mobilização social e a partir da incorporação do tema pelos movimentos sociais do campo em defesa da reforma agrária, como o MST que, desde 2015, está presente no coletivo estudado, e pela defesa de pautas transversais

que são tidas como antagônicas ao modelo hegemônico de sociedade.

O caso confirma, assim, o turismo comunitário como fenômeno social crítico multiescalar e multireferenciado à luz da teoria estudada. Conclui-se que a experiência da Rede BATUC fortalece o turismo comunitário como fenômeno, campo científico multidisciplinar e em disputa, espaço de atuação profissional e movimento de emancipação humana de sujeitos sociais na forma de atuação coletiva. Também reforça a necessidade de continuidade nos estudos sobre a temática, uma vez que os movimentos em rede podem contribuir significativamente para o desenvolvimento do turismo comunitário, minimizando seus impactos negativos e tornando a atividade mais responsável, sustentável e regenerativa em tempos de necessidade de resfriamento global e de atividades humanas mais amigáveis com o planeta.

REFERÊNCIAS

- Aliança Futuri. (n.d.). *Manual de boas práticas sustentáveis no turismo*. Recuperado em 10 de maio de 2024 de <http://www.futuri.com>
- Araújo, S. (2020). Redes complexas. In D. Galeffi, M. Marques & M. Rocha-Ramos (Orgs.), *Transciclopédia em difusão do conhecimento* (pp. xx-xx). Salvador, BA: Quarteto.
- Associação Estrela Brasil. (2013). *Projeto CESE* (p. 10). Salvador, BA: Autor.
- Bahia. Secretaria Estadual de Turismo da Bahia. (n.d.). *Zonas turísticas*. Recuperado em 27 de fevereiro, 2021.
- Legislativa do Estado. (2019). *Lei no 14.126 de 24 de setembro de 2019: Institui a Política Estadual de Turismo Comunitário no Estado da Bahia e dá outras providências*. Recuperado em 31 mar. 2021 de <http://www.legislabahia.ba.gov.br/documentos/lei-no-14126-de-24-de-setembrode-2019>
- Bahia. Assembleia Legislativa. (2019). *Bobô quer fortalecer o turismo comunitário*. Recuperado em 21 de março de 2023 de <https://www.al.ba.gov.br/midia-center/noticias/32878>
- Bartholo, R., Sansolo, D., & Bursztyn, I. (Orgs.). (2009). *Turismo de base comunitária: Diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro, RJ: Letra e Imagem.
- Bezerra, K. A. C., Chagas, M., & Lopes, F. D. (2008). Redes e alianças em turismo: contribuições para o desenvolvimento do turismo comunitário e para o fortalecimento de imagem de destino. In *Anais do V Seminário da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo – ANPTUR*. Belo Horizonte, MG.
- Bocayúva, P. (2000). O retorno dos sujeitos coletivos. In R. Garcia (Org.), *Aprendendo com os movimentos sociais* (pp.91-108). Rio de Janeiro, RJ: DP&A.
- Braghini, C. R., Santos, T. C., & Vieira, L. V. L. (2020). Construção de conhecimento para o turismo de base comunitária na Ilha Mem de Sá. In C. R. Braghini et al. (Orgs.), *Turismo de base comunitária: Reflexões e práticas na Ilha Mem de Sá – Sergipe* (pp. 01-286). Aracaju, SE: Editora IFS.
- Brasil. Ministério do Trabalho e Previdência Social. (n.d.). *O que é economia solidária*. Recuperado em 30 de janeiro, 2016, de <http://www.mtps.gov.br/trabalhador-economia-solidaria/o-que-e>
- Brasil. Ministério do Turismo. (2010). *Dinâmica e diversidade do turismo de base comunitária: Desafio para a formulação de política pública*. Brasília, DF: Ministério do Turismo.
- Burgos, A., & Metens, F. (2016). As redes de colaboração no turismo de base comunitária: implicações para a gestão participativa. *Tourism & Management Studies*, 12(2), 18-27.
- Campos Filho, A. (2015, 2 de agosto). Turismo comunitário em movimento com a Rede TURISOL na Bahia. In *Turismo e Gastronomia Por Um Mundo Melhor*. Recuperado em 20 de março, 2023, de <http://turismoegastronomiaporummundomelhor.blogspot.com/2015/08/turismo-comunitario-em-movimento-com.html>
- Campos Filho, A. (2016). *Tecituras sobre Educação do Campo, Economia Solidária e Turismo Comunitário como Territórios Educativos na Pós-graduação Lato Sensu* (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Amargosa, BA). Recuperado em 20 de março de 2023 de <https://www1.ufrb.edu.br/ppgeducampo/docs/category/13-turma-2014?download=25:alberto-viana-de-campos-filho>
- Campos Filho, A. et al. (2018). II Fórum Global sobre Turismo Sustentável no Fórum Social Mundial 2018: Construção coletiva dos movimentos da economia solidária e do turismo comunitário impactando no desenvolvimento local. In *Anais do Congresso Internacional de Economia Popular e Solidária e Desenvolvimento Local* (pp. 339-353). Feira de Santana, BA. Recuperado em 21 de março de 2023, de <http://iiciepsuefs.blogspot.com/2018/11/anais-do-ii-cieps.html>
- Candioto, L. (2009). Aspectos históricos e conceituais da multifuncionalidade da agricultura. In *Anais do XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária* (pp. 1–16). São Paulo, SP. Recuperado em 10 de mar. 2023 de <https://wp.ufpel.edu.br/leaa/files/2015/03.pdf>
- Cañada, E. (2015). La comercialización del turismo comunitario en América Latina. *Anuario de Estudios Centroamericanos*, 41, 159-189.
- Corbasi, S. (2021). Turismo e Capitaloceno: uma primeira aproximação. *Revista Latino-Americana de Turismologia (RELAT)*, 7(único), 1–9.
- Costa, M., Solha, K. (Coord.), et al. (2024). *Turismo responsável: resultados que inspiram*. São Paulo, SP: ECA-USP.
- De Oliveira, G. (2024). Avivar a autonomia: movimentos sociais, economia solidária e experimentações democráticas para além do Estado. *Revista Direito Práxis*, 15(1), xx-xx.
- Fórum Global Sobre Turismo Sustentável. (2018). *Declaração de Salvador*. Recuperado em 10 de maio, 2024, de https://issuu.com/projetobagagem/docs/declara_o_de_s_alvador_fsm2018
- Freire, P. (1980). *Educação como prática da liberdade* (11ª ed.). Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra.
- Freire, P. (1996). *Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa* (35ª ed.). São Paulo, SP: Paz e Terra.
- Fratucci, A. C., & Moraes, C. C. A. (2020). Inventário da oferta turística: reflexões teóricas para o planejamento e ordenamento do espaço turístico. *Caderno Virtual de Turismo*, 20(1). Recuperado de <https://www.redalyc.org/journal/1154/115462634002/115462634002.pdf>
- Lapointe, D., Sarrasin, B., & Benjamin, C. (2018). Tourism in the sustained hegemonic neoliberal order. *Revista Latino-Americana de Turismologia (RELAT)*, 4(1), 16–33.
- Mendonça, T. (2023, 18 de junho). Entrevista concedida a Alberto Viana de Campos Filho. [Entrevista não publicada]. Salvador, BA.
- Moesch, M. M. (2004). *Epistemologia social do turismo* (Tese de Doutorado, Escola de Comunicação e Arte, Universidade de São Paulo, Brasil).
- Moraes, E. A., Irving, M. A., & Mendonça, T. C. (2018). Turismo de base comunitária na América Latina: uma estratégia em rede. *Revista Turismo, Visão e Ação*, 20(2), 249-265.
- Moraes, E. A., Irving, M. A., Mendonça, T. C., et al. (2020). Turismo de base comunitária à luz da teoria ator-rede: novos caminhos investigativos no contexto brasileiro. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 122, 145-168. Recuperado de <http://journals.openedition.org/rccs/10761>
- Navas-Ríos, M. E. (2019). Revisión sistemática del concepto de "turismo comunitario". *Revista Saber, Ciencia e Libertad*, 14(2), 144–162.
- Nitsche, L. B. (2013). Por um turismo para as comunidades locais. *Turismo e Sociedade*, 6(3), 713-717.

Projeto Bagagem. (2022). *Mapeamento das iniciativas de turismo de base comunitária*. Recuperado em 10 de abril de 2024 de https://issuu.com/projetobagagem/docs/mapeamento_tbc_-_projeto-bagagem

Rocha, I. S., & Fonseca, V. M. (2021). A Reserva Extrativista Marinha de Corumbau sob a ótica do turismo em áreas protegidas: a perspectiva discursiva da série "Mar Sem Fim - Unidades de Conservação". *Revista Latino-Americana de Turismologia (RELAT)*, 7(único), 1–18. <https://doi.org/10.5281/zenodo.5781730>

Tenório, F. G. (2012). Gestão social, um conceito não idêntico? Ou a insuficiência inevitável do pensamento. In A. C. Cançado, F. G. Tenório, & J. T. Silva Jr. (Orgs.), *Gestão social: Aspectos teóricos e aplicações*. Ijuí, RS: Unijuí.

Agradecimentos

Aos membros da Rede BATUC e todos os parceiros pelo apoio, por meio de entrevistas, escutas profundas e solidariedade, indispensáveis à realização desta pesquisa.

Declaração CRediT sobre autoria.

Termo	Definição	Autor 1	Autor 2	Autor 3	Autor 4
Conceitualização	Ideias; formulação ou evolução de objetivos e objetivos de investigação abrangentes	x	x	x	
Metodologia	Desenvolvimento ou concepção de metodologia; criação de modelos	x	x		x
Software	Programação, desenvolvimento de software; concepção de programas de computador; implementação do código informático e algoritmos de suporte; teste dos componentes de código existentes				
Validação	Verificação, quer como parte da atividade quer separadamente, da replicação/reprodutibilidade global dos resultados/experimentações e outros resultados da investigação	x	x	x	
Análise formal	Aplicação de técnicas estatísticas, matemáticas, computacionais, ou outras técnicas formais para analisar ou sintetizar dados de estudo	x			x
Investigação	Condução do processo de investigação e investigação, realizando especificamente as experiências, ou recolha de dados/evidências	x			x
Recursos	Fornecimento de materiais de estudo, reagentes, materiais, pacientes, amostras de laboratório, animais, instrumentação, recursos informáticos, ou outras ferramentas de análise	x	x	x	x
Curadoria de dados	Atividades de gestão para anotar (produzir metadados), lapidar dados e manter dados de investigação (incluindo código de software, onde é necessário para a interpretação dos próprios dados) para utilização inicial e posterior reutilização	x		x	
Escrita - Esboço original	Preparação, criação e/ou apresentação do trabalho publicado, redigindo especificamente o projeto inicial (incluindo a tradução substantiva)	x	x	x	
Escrita - Revisão & Edição	Preparação, criação e/ou apresentação do trabalho publicado por aqueles do grupo de investigação original, especificamente revisão crítica, comentário ou revisão - incluindo fases pré ou pós-publicação	x			x
Visualização	Preparação, criação e/ou apresentação do trabalho publicado, especificamente visualização/ apresentação de dados	x	x	x	x
Supervisão	Supervisão e responsabilidade de liderança no planeamento e execução da atividade de investigação, incluindo mentoria externa à equipa central	x			x
Administração do projeto	Responsabilidade pela gestão e coordenação do planeamento e execução da atividade de investigação				x
Aquisição de financiamento	Aquisição do apoio financeiro para o projeto conducente a esta publicação	x			x

Fonte: reproduzido de Elsevier (2022, s/p), com base em Brand et al. (2015).

Processo Editorial / Editorial Process / Proceso Editorial

Editor Chefe / Editor-in-chief / Editor Jefe: PhD Thiago D. Pimentel (UFJF).

Recebido / Received / Recibido: 30.06.2023; Revisado / Revised / Revisado: 26.07.2023 – 04.01.2024 – 17.03.2024 – 08.09.2024; Aprovado / Approved / Aprobado: 13.12.2024; Publicado / Published / Publicado (online): 20.12.2024.

Documento revisado por pares / Peer-reviewed paper / Documento revisado por pares.